

## **A caminho de uma história europeia**

---

***Henk Van Dijk***

*O orgulho nacional é um tipo de orgulho ordinário porque revela, naqueles que defendem uma superioridade nacional, a ausência de características individuais.*

**Schopenhauer**

### **O Despertar das Nações e a História como Disciplina**

É inegável que a história, como disciplina, tem estado ligada ao desenvolvimento do Estado nacional. Embora os escritos historiográficos sejam um fenómeno muito mais antigo, a posição da história como disciplina académica está relacionada com a estranha combinação da formação do Estado e da Nação com o Nacionalismo e o Romantismo do século XIX. O historiador como criador e professor da nação não é um personagem único (os geógrafos e os juristas desempenharam um papel semelhante), mas tem tido, sem dúvida, uma posição de destaque. No Romantismo, a ideia dominante do desenvolvimento orgânico da sociedade contribuiu de forma importante para esta situação. Historicidade e génese foram elementos importantes nas experiências intelectuais da primeira metade do século XIX.

### **Novos Desenvolvimentos**

No final do século XIX, novos desenvolvimentos na profissão da história, em particular a importância crescente da história cultural, pareciam abrir a oportunidade de escapar à camisa de forças da escrita histórica “nacional”. A história cultural começou a florescer, graças, em particular, aos livros do historiador suíço

Jakob Burckhardt e do historiador holandês Johan Huizinga. Os seus trabalhos mais famosos – “Die Kultur der Renaissance in Italien” (*A civilização do Renascimento em Itália*) e “Herfsttij der Middeleeuwen” (*O Declínio da Idade Média*) – foram fruto de uma abordagem humanista geral que deixava pouco espaço para uma visão nacionalista estreita. Note-se, contudo, que Huizinga, além de escrever uma série de tratados culturais gerais, também procurou contribuir para uma identidade holandesa com os seus livros sobre *A Era de Ouro* e sobre a cultura holandesa em geral. A sua visão de uma nação holandesa tolerante e humanista correspondia a uma auto-percepção geral que muitos holandeses tinham do seu próprio país durante as décadas de 1920 e 1930. Particularmente durante esse período, quando o país procurava defender uma política estritamente neutral e salientava a importância da obediência às leis internacionais, era bastante difícil a um historiador libertar-se dos temas da história nacional. Esperava-se que ele prestasse tributo à identidade nacional.

Além do desenvolvimento da história cultural, foi a emergência da história económica e social que criou outra oportunidade de ultrapassar as fronteiras da historiografia nacional. Embora seja impossível listar neste artigo todas as raízes desta subdisciplina, é evidente que houve um certo paralelo com o desenvolvimento das ciências sociais em geral. Mas nem todos os desenvolvimentos que tiveram lugar nesta área tinham relação com as ciências sociais. Por exemplo, o inglês Trevelyan considerava que a política tinha demasiado peso na história e defendia que história social devia ser uma história com “a política deixada de fora”. É claro que então se chegaria rapidamente a um certo tipo de história social da cultura, particularmente porque as considerações teóricas não desempenham aqui um papel importante.

Este ponto de vista contrastava claramente com os que se inspiravam em teorias económicas ou sociológicas. Em primeiro lugar, por exemplo, com os que adoptavam o método de abordagem marxista; para estes, as diferenças de classe eram um ponto de partida importante para a investigação. Mas também o eram para outros, que se baseavam em teorias económicas, como a dos ciclos económicos. Os historiadores dos preços, como Labrousse, Posthumus e Hamilton eram basicamente historiadores económicos, que focavam fenómenos económicos<sup>1</sup>. Embora os investigassem dentro de um contexto nacional, não estavam tão empenhados na defesa do Estado-Nação como a maioria dos historiadores políticos. Mas isto não contraria o facto de os tópicos “nacionais” terem desempenhado um

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo C.E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, I e II, Paris, 1933; N.W. Posthumus, *Inquiry into the history of prices in Holland*, 1964 (trad.); E.J. Hamilton, *American treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*, 1934.

papel indirecto em história económica. Isto demonstra-se facilmente com base nos trabalhos de Labrousse. A sua colecção de diferentes preços na França do século XVIII e a análise desta série também serviram para apresentar uma explicação de base económica para a agitação social e política do período. A ocorrência da Revolução Francesa como ponto de viragem na história da França também era importante para ele.

De resto, é notável como esta Revolução foi decisiva para a história económica e social da França. Não é por coincidência que toda uma série de artigos de uma revista que se tornou famosa desde a sua fundação na década de 1920, os *Annales ESC*, incidem sobre a história da França, em particular antes da Revolução. A ideia da continuidade da nação, tão importante no pensamento nacional, foi uma fonte de inspiração permanente para os historiadores, mesmo para os historiadores económicos e sociais.

Da mesma forma, não é por coincidência que os historiadores económicos e sociais ingleses escolhem a Revolução Industrial como tema de investigação; também noutros países se podem encontrar exemplos comparáveis de um cânone nacional de assuntos que têm sido influenciados por uma historiografia nacional. É interessante que este tenha sido dominado pelo centro político a ponto de, por exemplo, a história britânica se tornar equivalente a história inglesa. Mesmo os colegas americanos que se especializam em história europeia tendem a tornar-se especialistas em história nacional, seja ela inglesa, alemã, francesa ou qualquer outra.

E o que aconteceu com a história económica também aconteceu com a história social e outras subdisciplinas da história. Também nestas os cânones nacionais de inquérito e de discussão foram importantes – mesmo num país como a Alemanha, em que a história social se desenvolveu bastante tarde. Até à II Guerra Mundial, a história política foi dominante e esta história tinha uma franca orientação “nacional”. Se existia um certo tipo de história social, esta derivava da história política. Um exemplo bem conhecido (que representou uma importante renovação da história alemã) foi o livro de Hans Rosenberg sobre a aristocracia prussiana, escrito no exílio. Embora este livro ofereça uma visão perspicaz dos Junker de Brandenburgo e da sua relação com a família Hoenzollern, a questão de fundo era, sem dúvida, política. Nomeadamente, que (aos olhos dos opositores do regime nazi) a ligação entre o militarismo, a burocracia e a aristocracia seria, a longo prazo, desastrosa para a história alemã. Mesmo depois da II Guerra Mundial, os temas políticos continuariam a dominar a historiografia alemã, como, por exemplo, com a chamada “discussão Sonderberg”.

## A Crise da Disciplina Histórica

Embora no século XIX a história tivesse um lugar de relevo entre as disciplinas académicas, a sua posição perdeu peso desde então. Isto resultou principalmente da crescente importância das ciências de abordagem empírica, método que académicos como Comte e outros procuraram adoptar também nas ciências sociais. E, apesar de ter havido uma luta bastante acirrada entre os aderentes dos chamados “*verstehende Methode*” e “*erklärende Methode*”, gradualmente as ciências sociais, cada vez mais importantes, voltaram costas ao método histórico. Finalmente, com a sua oferta de uma relevância social directa, durante o século XX, as ciências sociais fizeram recuar a disciplina histórica.

Ao mesmo tempo, contudo, a ideia de nação, muito utilizada pelos historiadores, tornou-se um conceito cada vez mais controverso. O nacionalismo, como ideologia, apropriou-se rapidamente desta ideia, fazendo com que um conceito originariamente bastante progressivo e liberal degenerasse num conceito chauvinista e conservador. Tornou-se até causa de um conjunto de guerras e conflitos, tanto na Europa como noutras áreas. Dada esta evolução, a ideia do historiador como professor e guia da nação perdeu alguns dos seus atractivos.

Esta evolução acelerou-se com o enfraquecimento do Estado nacional (produto característico da ideia oitocentista de que Estado e nação deviam ser idênticos) depois da II Guerra Mundial. Um número crescente de redes e acordos internacionais, conjuntamente com políticas cada vez mais descentralizadoras, fizeram diminuir drasticamente a soberania nacional. Com esta evolução, também diminuiu o espaço de manobra dos governos nacionais. Por estes motivos, a identificação do historiador com o Estado nacional, frequentemente óbvia no passado, também se tornou mais controversa. Isto não implica, porém, que seja necessário limitar a investigação a materiais de fontes provenientes da área linguística própria.

O papel do historiador como padre, professor e guia da nação tornou-se, portanto, quase obsoleto. Este processo conduziu a reacções divertidas por parte dos historiadores. As suas queixas sobre a falta de conhecimento do passado nacional por parte da população aparecem a intervalos regulares. Na Holanda, por exemplo, dizem que esta falta de conhecimento é patente, não só na população em geral, como também na elite política. Os resultados dos inquéritos realizados sobre este tópico são geralmente apresentados juntamente com um apelo a um maior conhecimento do passado nacional. Estas discussões são comparáveis às suscitadas pelo conhecimento da letra dos hinos nacionais. Tipicamente, estas discussões acabam imediatamente a seguir a terem surgido. Parecem desempenhar uma função ritual na vida pública e servem muitas vezes para mascarar a incapa-

cidade de acompanhar as rápidas mudanças que ocorrem na sociedade europeia, como o aumento da imigração (depois de séculos de emigração). A entrada de grandes grupos de imigrantes consegue apenas obscurecer a questão de saber se existe, efectivamente, um passado nacional.

Embora estes factores externos contribuam para a perda de função dos historiadores, tem havido mudanças dentro da disciplina que também influenciam esta situação.

O desenvolvimento de subdisciplinas, como a história cultural ou a história social e económica, tem enfraquecido o elo entre a nação e a história, embora muita investigação seja ainda realizada dentro dos limites da história nacional. Na história política, contudo, os tópicos nacionais apareçam continuamente.

Estes factores eram menos importantes para outras subdisciplinas dentro da história. A influência crescente da antropologia levava a que se fortalecesse a tendência para o historiador se desviar do cânone nacional; as pequenas comunidades e a sua história estão muito distantes dos temas importantes da história nacional. Pode observar-se uma tendência semelhante na historiografia post-moderna.

Mas é evidente que todos estes desenvolvimentos também conduziram ao desmoronar da visão da história. O cânone tradicional cede lugar a uma visão mais caleidoscópica. Alguns historiadores teóricos até apelam à ressurreição do método narrativo, no qual terão de ser assimiladas uma série de histórias não relacionadas entre si.

Por tudo isto, a história académica atravessa uma crise. Com o desaparecimento do carácter óbvio da nação, as velhas receitas já não funcionam e o interesse tradicional do consumidor declina, ou melhor, já não se satisfaz com o cânone dos temas nacionais. Isto aplica-se, não só à Europa, como a outras áreas. Embora a formação de novos Estados tenha dado azo ao florescimento tardio de uma historiografia nacional nesses países, mesmo aqui pode observar-se uma mudança.

### **A Caminho de uma História Comparada**

Temos de nos interrogar agora se deveríamos aceitar uma desintegração ainda maior das visões históricas ou se deveríamos procurar novos caminhos, adentro das fronteiras académicas, mas capazes de interessar a outros grupos, que não apenas os colegas da disciplina. Em primeiro lugar, uma abordagem deste tipo viria ligar-nos tanto à grande tradição da história como à das ciências sociais. Grandes pensadores oitocentistas, como Marx, Weber e outros utilizaram frequen-

temente este método e embora já não fosse tão utilizado no século XX, ainda há alguns exemplos dele neste período. Apesar de parecer óbvio que se estabeleçam comparações entre países, porque os dados (por exemplo, os estatísticos) e os materiais primários são coligidos à escala nacional, isto também cria problemas. O Estado nacional, com a sua pretensa homogeneidade, vai imprimir a sua marca no resultado da investigação. Assim iremos descobrir diferenças e semelhanças entre países, quando, na verdade, as diferenças dentro de cada país são mais importantes. Esta abordagem irá conduzir ao obscurecimento, por exemplo, de diferenças regionais ou de classe, comparável às falácias históricas causadas pelas generalizações. Torna-se claro que os Estados do século XIX eram menos homogêneos do que pretendia a elite política. Embora esta homogeneidade tenha aumentado durante as primeiras décadas do século XX, tratou-se apenas de um desenvolvimento temporário.

A opção por uma abordagem comparativa mais sistemática não é um caminho fácil para o historiador. Exige o conhecimento de línguas diferentes e também a compreensão dos problemas específicos das fontes noutros países. É difícil possuir estes conhecimentos numa base individual, o que torna a cooperação entre historiadores uma necessidade, mais ainda do que no passado. Tudo isto exigirá um esforço maior.

Mas os resultados poderão ser valiosos, em particular para a história económica e social. Fenómenos como a industrialização, a desindustrialização e a urbanização prestam-se muito à investigação comparada. No entanto, deve ter-se presente que também com estes fenómenos terá havido alguma influência da política (e do Estado nacional). O objectivo seria que se conseguisse finalmente escrever, de certa forma, uma história europeia. Mas teríamos de acautelar-nos contra a eventualidade de sermos empurrados para a mesma posição da história nacional. A Europa não deve tornar-se um substituto do Estado nacional (esta afirmação não tem, claro está, nada a ver com a minha posição em relação a uma maior integração europeia). Se existem diferenças, estas devem ser claramente postas em relevo. Mas, ao mesmo tempo, é necessário ultrapassar as fronteiras nacionais e procurar desenvolvimentos mais gerais. E também é necessária uma comparação com a evolução em curso fora da Europa. Mas neste caso, mais ainda do que no da comparação intra-europeia, é preciso cautela, porque as interpretações baseadas em diferenças de cultura e de língua são ainda mais difíceis.

## **Towards a european history**

---

*Henk Van Dijk*

*National pride is a cheap kind of pride, because it reveals in those who claim a national superiority a lack of individual characteristics.*

Schopenhauer

### **National Awakening and the Historical Discipline**

It is undeniable that the historical discipline has been linked with the development of the Nation State. Although historical writing is a much older phenomenon, the position of history as an academic discipline is related to the strange combination of State and Nation formation, nationalism and the Romanticism of the nineteenth century.<sup>1</sup> The historian as creator and teacher of the nation was not unique (geographers and lawyers played a similar role)<sup>2</sup>, but he had an unmistakably prominent position. In Romanticism, the dominant idea of an organic development of society contributed importantly to this situation. Historicity and genesis were important elements in scholarly experiences during the first half of the nineteenth century.

---

<sup>1</sup> Dijk, H. van, «History», in *Encyclopedia of Higher Education*, edited by B. R. Clark, Guy R. Neave. Oxford, New York, Seoul, Toyo, 1992, 2010; a classical work on this topic still is: Gooch, G.P., *History and Historians in the Nineteenth Century*, London, 1958 (reprint).

<sup>2</sup> See e.g. Sandner, Gerhard, «In Search of Identity: German Nationalism and Geography. 1871-1910», in *Geography and National Identity*, edited by D. Hooson. Oxford/Cambridge (Mass.), 1995.

## New Developments

At the end of the nineteenth century new developments in the historical profession, particularly the growing importance of cultural history, seemed to offer the opportunity to escape the straitjacket of 'national' historical writing. Cultural history started to flourish thanks in particular to the books of the Swiss historian Jakob Burckhardt and the Dutch historian Johan Huizinga. Their most famous works: 'Die Kultur der Renaissance in Italien' (*The Civilisation of the Renaissance in Italy*) and 'Herfsttij der Middeleeuwen' (*The Waning of the Middle Ages*) were written with a general humanistic approach, which left less room for the more narrow national view. However, it must also be said that Huizinga, in addition to a series of general cultural treatises, also tried to contribute to a national Dutch identity with his books on the Golden Age and on Dutch culture in general. His view of a tolerant and humanistic Dutch nation was in keeping with a general self-perception many Dutch had of their own country during the 1920s and 1930s. Particularly during that period, in which the country tried to defend a strict neutral policy and stressed the importance of the rule of international law, it was rather difficult for a historian to free himself from the themes of national historical writing. One was expected to pay a tribute to national identity.

Besides the development of cultural history it was the rise of social and economic history which created another opportunity to jump the boundaries of national historical writing. Although it is impossible to mention all the different roots of this sub-discipline within this article, there clearly was a certain parallel with the growth of social sciences in general. However, not all developments in this field were related to the social sciences. For example, the Englishman, Trevelyan, who considered that politics had too much weight in history and for this reason pleaded that social history should be a history with politics left out'.<sup>3</sup> It is clear, however, that one then quickly arrives at some kind of social history of culture, particularly because theoretical considerations do not play an important role.

This viewpoint was clearly in contrast to those who were inspired by economic or sociological theories. Firstly, for example, those who had their point of departure in a Marxian method of approach; for them class differences were an important starting point for in their research. But it was also important for others who based themselves on economic theories, such as the business cycles. The price historians like Labrousse, Beveridge, Simiand, Posthumus and Hamilton were primarily economic historians who were focused on economic

---

<sup>3</sup> Trevelyan, G.M., *English Social History*, London, 1961.



phenomena.<sup>4</sup> Although they researched these within a national context they were not so engaged in the defence of the national state, as was the case with most political historians.

However, this does not detract from the fact that 'national' topics indirectly played a role within economic history. This is easily demonstrated on the basis of the works of Labrousse. His collection of different prices in eighteenth-century France and his analysis of this series also served to give a more economic-based explanation of the social and political unrest of that period.<sup>5</sup> The coming of the French Revolution as a watershed in French history was also important for him.

For that matter, it is striking how decisive this Revolution has been for French historiography in general and also that of social and economic French history. It is not a coincidence that a whole series of articles in a journal that became renowned after its foundation in the 1920s, the *Annales ESC*, focused on the history of France and, in particular, the history of France before the Revolution.<sup>6</sup> The idea of continuity of the nation, so important in national thinking, was a permanent source of inspiration for historians, even the social and economic historians.

Similarly, it is not a coincidence that English social and economic historians were focused on the Industrial Revolution as a subject of research; also in other European countries one can find comparable examples of the domination of a national canon of subjects which has been influenced by a national historiography. Interestingly, the canon has mostly been dominated by the political centre in which, for example, British history becomes an equivalent for English history. Even American colleagues specialising in European history tend to develop themselves into experts in national history, either English, German, Dutch or French, or whatever.

And what happened in economic history also happened in social history and other sub-disciplines of history. Also there, national canons of questioning and discussions were important - even in a country like Germany in which social history developed rather late. Up until the Second World War political history was dominant and this history had an outspoken 'national' orientation. If some kind of social history existed, it was derived from political history.<sup>7</sup> A well-known example

---

<sup>4</sup> See e.g. C.E. Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, I and II, Paris 1933; Beveridge, W.H., *Prices and Wages in England from the Twelfth to the Nineteenth Century*, New York, 1939; Simiand, F., *La salarier, l'évolution sociale et la monnaie. Essay de théorie expérimentale du salaire*, Paris, 1932; N.W. Posthumus, *Inquiry into the history of prices in Holland*, 1964 (transl.); E.J. Hamilton, *American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650*, 1934.

<sup>5</sup> Labrousse, C.E., *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la révolution*, Paris, 1944.

<sup>6</sup> Erbe, M., *Zur neueren französischen Sozialgeschichtsforschung: Die Gruppe um die "Annales"*, Darmstadt, 1979.

<sup>7</sup> Iggers, G.G., *The Social History of Politics: Critical Perspectives in West-German Historical Writing since 1945*, Leamington Spa, 1985.

(which became an important renewal of German historiography) was Hans Rosenberg's book on the Prussian aristocracy, which he wrote in exile.<sup>8</sup> Although this book gives a clear insight in the social position of the Brandenburg *Juncker* and their relationship to the Hohenzollern family, the question behind it was, of course, a political one. Namely, that (in the eyes of the opponents of the Nazi regime) the link between militarism, bureaucracy and aristocracy would be disastrous to German history in the long run. Even after World War II national political themes would dominate German historiography as, for example, the so-called 'Sonderweg' discussion.

### **The Crisis of Historical Discipline**

Whereas during the nineteenth century history had a prominent place within the academic disciplines, this position diminished thereafter. This was mainly the result of the growing importance of the sciences with their empirical approach, a method which scholars such as Comte and others attempted to adopt in the social sciences too. And although a rather fierce struggle between the adherents of the so-called 'verstehende Methode' and 'erklärende Methode' existed, slowly the increasingly important social sciences turned their back on the historical method. Finally, with their offer of a direct social relevance, during the twentieth century the social sciences would drive back the historical discipline.

At the same time, however, the idea of the nation, much used by the historians, became a more and more a debatable concept. Nationalism, as an ideology, quickly took over this idea which meant that the originally rather progressive and liberal concept would degenerate into a chauvinistic and conservative one.<sup>9</sup> It even became an important cause of a whole scala of wars and conflicts, both within Europe and elsewhere. Due to these developments, the idea of the historian as a teacher and guide of the nation lost some of its attraction.

This development was intensified by the weakening of the national state (a characteristic product of the nineteenth-century idea that state and nation ought to be identical) after World War II. Growing international networks and agreements together with an increasing decentralisation policy, severely diminished national

---

<sup>8</sup> Rosenberg, Hans, *Bureaucracy, Aristocracy and Autocracy. The Prussian Experience 1660-1815*, Boston, 1958.

<sup>9</sup> See for this e.g.: Gellner, Ernest, *Ernest Andre Gellner 1925-1995. Encounters with nationalism*, Oxford, 1995; Hobsbawm, E.J., *Nations and Nationalism since 1780. Programme, myth, reality*, Cambridge, 1990; Guibernau, Montserrat, *Nationalisms. The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*, Cambridge, 1996.

sovereignty. Together with these developments, the manoeuvring space of national governments also diminished. Because of this, the often obvious identification of the historian with the national state also became more debatable. This does not imply however, that it is necessary to limit research to source material from one's own specific language area.

The historian's role as priest, teacher and guide of the nation has therefore become almost obsolete. This process sometimes led to amusing reactions from the historians. Their complaints about the loss of knowledge about the national past of the population appear at regular intervals. For example, in the Netherlands, they report that not only is this lack of knowledge apparent in the general population, but also in the political elite. The outcome of surveys on this topic generally runs parallel with a call for more knowledge about the national past. These discussions are comparable to those about the knowledge of the text of national anthems. Typically, these discussions wane as fast as they arise. They seem to serve a ritualistic function in public life and are sometimes used to mask the impossibility to cope with the fast changes in European society, such as the increase of immigration (after centuries of emigration). The coming of large groups of immigrants only serves to cloud the issue of whether there is one national past at all.

Although these external factors contribute to the loss of function of historians, changes within the discipline have also influenced this position. Developments in sub-disciplines like cultural history or social and economic history have weakened the link between nation and history, although much research was still conducted within the boundaries of national history. In political history, however, national themes were a continuing story.

These factors were less important for other sub-disciplines within history. The increasing influence of anthropology strengthened the tendency for the historian to deviate from the national canon; small communities and their history are far distant from the important themes in national history.<sup>10</sup> A similar tendency can be seen in post-modern historical writing. However, it is clear that all these developments also led to a crumbling of the view of history. The traditional canon makes way for a more kaleidoscopic view. Some theoretical historians even plea for the revival of the narrative method, in which an ongoing series of non-related stories have to become assimilated.

Due to historical scholarship finds itself in a crisis. The disappearance of the self-evident character of the nation, old recipes no longer work and the traditional interest of the consumer is waning or better said, can no longer be

---

<sup>10</sup> See e.g. the works of Darnton, Eco, Le Roy Ladurie.

served with the canon of national themes. This not only applies to Europe, but also elsewhere. Although the formation of new states may have caused a late blossoming of national writing in those countries, even there a change can be seen.

### **Towards a Comparative History**

It must now be questioned whether we should come to terms with a further disintegration of historical views, or whether we should search for new ways which are within the boundaries of scholarship and yet attract groups other than colleagues within the discipline. A possible solution might be found in a more comparative approach. Firstly, such an approach would connect us to both the great tradition of history and of the social sciences. Great nineteenth-century scholars such as Marx, Weber and De Tocqueville frequently used this method and, although during the twentieth century it became less fashionable, good examples from that period can also be found. Although it seems obvious to make comparisons between countries, because data (e.g. statistics) and source material are generally collected on a national scale, this also presents problems. The national state with its claim of homogeneity will, in turn, put its hallmark on the outcome of research. Thus, one may find both differences and similarities between countries, whereas in reality the differences *within* countries were more important. This approach will lead to a disguise of, e.g., regional or class differences; comparable to the historical fallacies caused by generalizations. It becomes clear that nineteenth-century states were less homogeneous than the political elite wished them to be. Although this homogeneity increased during the first decades of the twentieth century, it was only a temporary development.

The option of a more systematic comparative approach does not make it easy for the historian. It presupposes some knowledge of different languages and, however, also presupposes some understanding of the specific problems of sources elsewhere. It will often be too difficult to have this knowledge on an individual basis making co-operation between scholars, even more than in the past, a necessity. This alone will call for greater efforts.

The results, however, can be valuable; in particular for social and economic history. Phenomena such as industrialisation, de-industrialisation and urbanisation are particularly suited for comparative research. However, it must be kept in mind that also with these phenomena some influence of politics (and form the national state) could have existed. The aim would be to finally have some kind of European historical writing. But one would have to guard against being manoeuvred into

the same position as with national historical writing. Europe must not become a substitute for the national state (this statement has of course nothing to do with one's position towards further European integration). If differences existed they must be clearly shown. But at the same time it is necessary to surpass the national boundaries and look for more general developments. A comparison with developments outside Europe is also necessary. But in this case, even more than for the intra European comparison, treat care is needed because interpretations based on differences in culture and language are even more difficult.